

Curso e Pirataria no Mediterrâneo Ocidental: ‘lago muçulmano’, ‘mar dominado por navios cristãos’?

ABEL DOS SANTOS CRUZ

Universidade Portucalense - Infante D. Henrique

INTRODUÇÃO

Ao longo da Idade Média é frequente observar-se, nos países do Mediterrâneo Ocidental, uma exposição das suas populações ao exercício marcial. Entre cristãos, as hostilidades navais são frequentes: genoveses e catalães confrontam-se, também catalães e marseheses, ainda barcelonenses e maiorquinos, etc. Nestes casos, pequenas esquadras organizam-se para atacar zonas ribeirinhas e embarcações adversárias, como navios de particulares são autorizados a fazer corso contra o inimigo. Claro está que estas operações militares perturbam a vida no mar, incomodam e inquietam os homens de negócio.

Mas a insegurança é mais o resultado da guerra crónica entre cristãos e muçulmanos – na concepção legal do tempo, a beligerância é o estado normal das relações entre fiéis da Cruz e seguidores de Alá¹. O que nos leva a sustentar o permanente estado de guerra na vida dos povos mediterrâneos.

A ameaça era latente ... E justificou a preocupação dos armadores na composição das frotas, mas também no seu equipamento, levando-os a construir navios de pequenas dimensões, mais aptos a se encobrirem aos olhos do inimigo e a escapar-lhes. Como explicou, também, a navegação em comboios organizados (que navegavam juntos e escoltados por navios de guerra) em locais onde um vaso isolado se arriscava a ser atacado.

ACOSSAR DE NAVIOS MUÇULMANOS AO LITORAL ALGARVIO

Em Portugal, o ano de 1249 marcou o culminar da reconquista cristã. Com a tomada de Faro², o domínio *almóada* do Al Gharb (o país do Ocidente) ficou circunscrito ao Magrebe. Com o novo mapa político, as comunidades de piratas sediadas no

1. Para DUFORCO, Charles-Emmanuel – *La vie quotidienne dans les ports mediterraneens au moyen age (Provence-Languedoc-Catalogne)*. Biarritz (imp.) : Hachette, 1975. p. 125, o princípio da constante legitimidade da guerra contra o infiel que impende sobre todos os crentes, resulta da noção de propagação da fé muçulmana, entendida como ‘Jihad’, quer dizer, na prática, em Guerra Santa, sendo a cruzada a tentativa sagrada para recuperar as terras (outrora) cristãs e conquistadas pelos muçulmanos.

2. DAVID, Henrique; PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor – A conquista de Faro. O reavivar de uma questão. In *III Jornadas de História Medieval do Algarve e Andaluzia: actas*. Loulé : Câmara Municipal de Loulé, 1989. p. 119-133; MAGALHÃES, Joaquim Romero de – Uma interpretação da crónica da conquista

Norte de África, deixaram de controlar uma ‘ampla’ zona costeira na Península Ibérica, um local onde tradicionalmente se “*acoitavam aguerridos bandos de salteadores*”³. Ainda que se assista a um retrocesso do curso muçulmano na transição do século XIII para o século XIV, manteve-se o acostrar de navios muçulmanos ao litoral algarvio, com o objectivo de fustigar a navegação costeira, saquear a população ribeirinha e capturar algum cristão, que seria entregue em troca de uma recompensa vantajosa.

E naquele tempo (1354)

“*hũa poderosa armada de Mouros Affricanos buscara a costa do Algarve e por assalto invadira e entrara hũa villa maritima com lastimozo estrago dos feis que a povoavão e guarnecião não escapão algum da espada e do grilho assolando sem distincção o sagrado e o profano e carregadas suas galez de despojos e cativos a deixarão destruida e toda a costa amedrêtada com o proposito que levavão de voltarem com mayor poder a executar mayores danos o que senão poderia atalhar sem hũa grossa armada que defendesse aquella costa e guardasse aquelles mares tam pujante que o mouro a temesse para cujo despendio pedia a sua Santidade aquella ajuda com que a Igreja custuma favorecer semelhantes intentos ...*”⁴.

Em resultado deste surpreendente ataque, Afonso IV expediu à Cúria pontifícia um ‘enviado’ da Coroa, a fim de solicitar ao Papa, auxílio financeiro para o exercício marcial sobre os ‘agarenos’, adversários da Cruz. Pela bula *Romana mater ecclesia* (27 de Fevereiro de 1355), Inocêncio VI concedeu, pelo espaço de quatro anos, a dízima de todos os rendimentos e proveitos eclesiásticos do reino, que revertessem para o esforço de guerra do monarca, com o sentido de ‘arranjar’ os navios, distribuir os soldados através da costa e resistir às traiçoeiras tentativas dos infieis⁵. Impulsionado pelo estímulo do texto, o rei lançou a marinha de guerra, no intento de defender a orla marítima e vingar as incursões muçulmanas contra as povoações algarvias⁶. Refira-se que os ataques às áreas costeiras, não eram uma prática sem tradições em Portugal⁷.

do Algarve. In *II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval: actas*. Porto : Instituto Nacional de Investigação Científica, 1987. Vol. I, p. 123-133.

3. GUERREIRO, Luís R. – *O Grande Livro da Pirataria e do Corso*. [S.l.] : Círculo de Leitores, 1996, p. 37.

4. JESUS, Fr. Rafael de – *Monarchia Lusitana. Parte Sétima*. 2ª Edição. Lisboa : Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985. p. 548, supõe tratar-se de Castro Marim. Sob algumas reservas, IRIA, Alberto – *O Algarve e os Descobrimentos*. Reprodução fac-similada. Lisboa : Instituto Nacional de Investigação Científica, 1988. Vol. II, tomo I, p. 135, defende que o ataque foi direccionado contra a vila de Tavira, que constituía uma base naval e um importante entreposto comercial do reino. Além disso, Castro Marim, não obstante se ter tornado sede de uma Ordem Militar, situava-se no rio Guadiana e não junto à costa e, portanto, numa posição mais defensável e de difícil assalto. Ainda o argumento de que em 1338 a vila se manteve inexpugnável ao rebate das tropas de Afonso XI, ao contrário de Loulé, Faro e Tavira, que não resistiram ao exército castelhano.

5. SANTARÉM, Visconde de – *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as Diversas Potências do Mundo*. Lisboa : Academia Real das Sciencias, 1864. Vol. IX, p. 355-356; MARQUES, João Martins da Silva – *Descobrimentos Portugueses. Documentos para a sua História*. Reprodução fac-similada. Lisboa : Instituto Nacional de Investigação Científica, 1988. Vol. I, p. 100-103.

6. SAMPAYO, Luiz T. – *Antes de Ceuta*. Coimbra : Imprensa da Universidade, 1923. p. 24. Sep. de: Arquivo de História e Bibliografia. Veja-se, a este respeito, SARAIVA, Cardeal, O.S.B. – *Obras Completas*. Lisboa : Imprensa Nacional, 1875. Tomo V, p. 349-396.

7. FERREIRA, Maria Emília Cordeiro – Pirataria. In SERRÃO, Joel, (dir. por) – *Dicionário de História de Portugal*. Porto : Livraria Figueirinhas, 1990. Vol. V, p. 95-99; ALBUQUERQUE, Luís de – *Nota sobre as navegações de descobrimento e a navegação corsária no século XV*. Coimbra : [s.n.], 1961. Sep. de: O Instituto;

Na verdade, para além do rebate anteriormente mencionado, é possível rastrear na documentação de *trezentos* elementos que sustentam actos de banditismo marítimo. No ano de 1332, uma armada de assaltantes sarracenos, reunidos em doze galés, teriam roubado os moradores de Lagos e levado alguns deles para África, como cativos⁸.

O recrudescimento da violência, incitou Fernando I a requerer a intervenção da Santa Sé. Sob proposta do monarca, o bispo de Silves, o abade do mosteiro de Alcobaca e Álvaro Gonçalves de Moura, cavaleiro da diocese de Évora, divulgaram a Gregório XI o firme propósito do reino em prosseguir a guerra contra os reis de Benamarim e de Granada e repelir os ataques, malfetorias e ofensas que os infiéis ousavam cometer contra os cristãos. A entrega da bula *Accedit nobis* (2 de Abril de 1376), exprimia indiscutivelmente o apoio do Santo Padre ao rei 'Formoso', no encargo assumido de fazer guerra sem tréguas aos seguidores de *Mafoma*⁹. Nela, a autoridade apostólica, impunha a prestação da dízima de todos os frutos e receitas eclesiásticas durante um biénio. Como facilmente se entende a atribuição de bulas de cruzada encorajavam o projecto guerreiro contra o rei de Benamarim. Seja como for, o Algarve continuou a sofrer *surtidas*.

Um outro caso que ilustra esta realidade ocorreu entre 25 de Maio e 14 de Julho de 1385, ano em que um bando de salteadores muçulmanos irrompeu sobre Loulé e capturou um vereador do concelho municipal¹⁰. Ainda no século XV, a cidade de Lagos foi novamente acometida de assalto, sendo os sinos da igreja levados para Ceuta, como troféu. E nem o grito de alerta (que ficou célebre), '*anda mouro na costa*', impedia ou retardava o acesso de intrusos à beira-mar. Enfim, perfilhava-se no horizonte uma série de *correrias*, que era urgente travar.

Ao fundar em Castro Marim a *Ordem da Cavalaria de Jesus Cristo*¹¹, D. Dinis demonstrou a importância que atribuía à região meridional do reino. Era justamente no Algarve que se situava a primeira linha de defesa, a partir da qual se fazia a cruzada em África e se concluía a tarefa de 'demolir' o poder do Islão. A organização da

PEREIRA, Eduardo C. N. – *Piratas e corsários nas Ilhas Adjacentes*. Funchal : [s.n.], 1975; IRIA, Alberto – *Da importância geo-política do Algarve na defesa marítima de Portugal nos séculos XV a XVIII*. Lisboa : Academia Portuguesa de História, 1976; FONSECA, Luís Adão da – *Navegación y corso en el Mediterráneo Occidental. Los Portugueses a mediados del siglo XV*. Pamplona : Universidad de Navarra, 1978; SILVA, Francisco Ribeiro da – Pirataria e Corso sobre o Porto (aspectos seiscentistas). *Revista de História*. Porto : Instituto Nacional de Investigação Científica. Vol. II (1979), p. 297-319; SILVA, Francisco Ribeiro da – *O corso inglês e as populações do litoral lusitano (1580-1640)*. [S.l. : s.n.], 1985. Sep. de: "Actas do Colóquio "Santos Graça" de Etnografia Marítima, Povoamento e Administração, v. 3, 1985, p. 311-336; GUERREIRO, Luís R. – Tráficos ilegais, corso e pirataria no Atlântico e no Índico. In ALBUQUERQUE, Luís de, (dir. de) – *Portugal no Mundo*. Lisboa : Publicações Alfa, 1989. Vol. IV, p. 295-308; FERREIRA, Ana Maria Pereira – *Problemas marítimos entre Portugal e a França na primeira metade do século XVI*. Redondo : Patrimónia, 1995.

8. IRIA – *O Algarve e os Descobrimientos ...* p. 133-134.

9. MARQUES, *Descobrimientos Portugueses ...* Vol. I, p. 150-154.

10. Tratava-se de Lourenço Anes 'Mil Libras', regedor dos piões, vereador e almotacé, que numa sessão camarária nos paços do concelho, estava ausente porque "*he cativo*". Em 5 de Agosto de 1394 era já regressado do cativo, tomando parte numa sessão municipal. Cf. DUARTE, Luís Miguel & MACHADO, J. A. – leitura paleográfica de – *Actas de Vereação de Loulé. Séculos XIV-XV*. Loulé : Arquivo Histórico Municipal, 1999/00. Sep. de: Al'Ulyã: revista do Arquivo Histórico Municipal de Loulé, n.º 7, 1999/00, p. 50 e 57.

11. Através da bula *Ad ea ex quibus* (14 de Março de 1319) de João XXII. *Monumenta Henricina*. Coimbra : V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960. Vol. I, p. 99-110; SILVA, Isabel L. Morgado de Sousa e Silva – *A Ordem de Cristo (1417-1521)*. *Militarium Ordinum Analecta*. Porto : Fundação Eng. António de Almeida. Vol. 6 (2002), p. 43-45.

marinha de guerra respondia também a essa necessidade, como forma de contrariar o corso e a pirataria, então muito activos. Foi neste contexto que a Coroa decidiu recorrer a mão-de-obra estrangeira, escolhendo o genovês Manuel Pessanha, para liderar o processo e contribuir, assim, para a defesa nacional¹². Nas semanas que se seguiram, foram definidas as linhas de força e apreciadas as várias tácticas, como forma de retaliar os sucessivos ataques de navios árabes que não deixavam os moradores em sossego e afectavam a sua actividade normal, especialmente a faina piscatória. Não tardou a confirmar-se que a recém estruturada marinha portuguesa respondia inteiramente ao dinamismo a que se destinou: reprimir a pirataria muçulmana, que ameaçava a região Sul de Portugal, suster novas irrupções oriundas do Norte de África e assaltar sucessivamente as costas, tanto de Granada como de Marrocos¹³.

Na mesma linha de actuação, o novo rei continuou e até reforçou a política de seu pai. No quadro de um bom equilíbrio peninsular, o reinado de Afonso IV coroou-se de sucesso, através de tratados bilaterais com Castela e Aragão, alianças que conduziram à continuação da guerra contra o reino nacírida e o mundo islâmico ocidental. Fruto desse entendimento, a 30 de Outubro de 1340, junto ao rio Salado, travou-se a batalha que opunha uma coligação de exércitos cristãos ao sultão de Marrocos e do rei de Granada. A vitória frente ao contingente sarraceno, pôs termo à última tentativa de invasão do território peninsular a partir do Norte de África; mas, ainda assim, continuaram temíveis as acções de pilhagem, pura e simples, contra as populações costeiras.

IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA DO MAGREBE AL AGSA

Ceuta, chave do Estreito, era a base ideal para ‘guiar’ estes ataques. A partir da cidade, navios islâmicos dirigiram com regularidade incursões devastadoras sobre portos cristãos e arremeteram a interceptar a navegação que se fazia no Mediterrâneo Ocidental, que se converteu num ‘lago muçulmano’. Ao dominar a via marítima entre o continente europeu e a terra africana, o controlo da fortificação era essencial. É que pelo Estreito, não passava um vaso sem ‘contactar’ com o porto de Ceuta. Os navios italianos (Veneza e Génova), de Marselha e cidades da Catalunha, carregados de riquezas, ao navegarem para Norte ou Oeste, tinham de recolher as velas à ordem do muçulmano. E isto acontecia porque os seguidores do Islão dominavam o canal, por onde cruzava toda a navegação cristã, o que fazia da encosta lusitana e, mormente, da terra algarvia um ponto de passagem e de circulação da maior rede de comércio da Europa¹⁴, cuja rota marítima que do Mediterrâneo se dirigia para o Norte se havia afirmado e desenvolvido,

12. Cf. MARQUES, *Descobrimientos Portugueses ...* Vol. I, p. 27-39; SILVA, Maria Fernanda Espinosa Gomes da – Marinha de Guerra. In SERRÃO – *Dicionário de História ...* Vol. IV, p. 187-194; MARQUES, A. H. de Oliveira – *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*. Lisboa : Presença, 1987. p. 358-364; SÁ, Ayres de – *Frei Gonçalo Velho*. Lisboa : Imprensa Nacional, 1900. Vol. II, p. V-XIII.

13. O feito do almirante mereceu-lhe a doação (13 de Junho de 1322) de mais 1000 libras, além das 2000 que já tinha em dinheiro e em panos, atendendo às “... grandes custias ... que despendeu per algumas vezes no ... serviço ...”. Cf. MARQUES – *Descobrimientos Portugueses ...* Vol. I, 42-43.

14. FONSECA, Luís Adão da; PIZARRO, José Augusto P. de Sotto Mayor – Algumas considerações sobre o comércio externo algarvio na época medieval. In *1 Jornadas de História Medieval do Algarve e Andaluzia: actas*. Loulé : Câmara Municipal de Loulé, 1987. p. 66.

em contraste com o caminho terrestre¹⁵. O recinto constituía-se, portanto, um despojo muito ambicionado para a Cristandade Ocidental.

A importância estratégica do *Magrebe al Aghsa, Berberia* (na documentação cristã) ou, ainda, *Reino de Belamarim* é bem conhecida. Data do último decénio do século XIII –tratado de Monteagudo, concluído em 1291 por Sancho IV de Castela e Jaime II de Aragão– o plano de partilha da África do Norte, acordo que se coloca no prolongamento da convenção de Cazola (1179) e Almizra (1244), onde se estabelecia que o Mediterrâneo não era considerado limite da reconquista em curso¹⁶. A experiência do passado punha a descoberto o perigo das investidas à Península Ibérica (dinastia almorávida, almóada e merínida¹⁷), provocando insegurança e instabilidade às populações, que viviam sob permanente ameaça. Qualquer que fosse o motivo, 'agredir' o infiel no seu próprio campo era um projecto que a Casa de Avis, a Coroa de Aragão e Castela, reinos peninsulares que mais directamente sofriam com a ofensiva sarracena¹⁸, não deixariam de abraçar. Não surpreenderá, assim, o valor que representava no Sul da Europa – porque encerrava as comunicações do Norte de África com Granada e oferecia um tráfico comercial alargado e relativamente tranquilo para as embarcações cristãs no Mediterrâneo Ocidental, em especial os italianos¹⁹. O que reforça a tese de ordem económica que se invoca para sustentar uma lança em África²⁰. Na verdade, as relações mercantis que ligavam Marrocos e Granada aos mercados do Mediterrâneo, despertaram o interesse e desejo do mundo cristão, que se apressou a financiar o armamento corsário e, a partir daí, colher dividendos. Não pugna aceitar que a ocupação de um ponto chave no Estreito de Gibraltar permitiria o controlo do

15. HEERS, Jacques – *Gènes au XV^e siècle. activité économique et problèmes sociaux*. [Paris] : SEVPEN, 1961. p. 453.

16. DUFOURCO, Charles-Emmanuel – *L'Espagne Catalane et le Magrib aux XIII^e et XIV^e siècles*. Paris : Presses Universitaires de France, 1966. p. 30-31 e 220-221. A Aragão era reconhecido o território a leste do rio Moulouya, enquanto Castela adquiria o direito sobre as terras a Ocidente daquele rio até Ceuta. Pode dizer-se que as aspirações norte-africanas dos Estados Ibéricos não se fecham aqui. No tratado de Tordesilhas (1494), a África Setentrional é dividida sob bases diferentes daquele, embora dentro do mesmo espírito de reconquista: agora grande parte de Marrocos é atribuído a Portugal, outra parte e o país Orano-Tlemcen a Castela e o reino de Alger, Bujía e Tunis à Coroa de Aragão. Veja-se DUFOURCO, Charles-Emmanuel – *Les relations de la Péninsule Ibérique et l'Afrique du Nord au XIV^e siècle. Anuario de Estudios Medievales*. Barcelona : Instituto de Historia Medieval de España. N.º 7 (1970-1971), p. 40. Ao analisar o acordo de 1291, SOARES, Torquato de Sousa – Algumas observações sobre a política marroquina da monarquia portuguesa. *Revista Portuguesa de História*. Coimbra : Faculdade de Letras. T. X (1962), p. 509-554, supõe que Portugal, pela lógica, ficava com Marrocos Atlântico, de Ceuta para Ocidente.

17. Sobre o assunto, veja-se GÁLVEZ VÁZQUEZ, E. ; ROLDÁN CASTRO, F. – Movimientos en el Estrecho de las dinastías norteafricanas (almorávidas, almohades y benimerines). In RIPOLL PERELLÓ, E. (edición por) – *Congreso Internacional «El Estrecho de Gibraltar»: actas*. Madrid : Universidad Nacional de Educación a Distancia, 1988. Tomo II, p. 117-126.

18. CRUZ, Maria Augusta Lima – Os Portugueses em Marrocos nos Séculos XV e XVI. In *História dos Descobrimentos e Expansão Portuguesa*. Lisboa : Universidade Aberta, 1990. p. 59.

19. Cf. FONSECA, Luís Adão da – *Os descobrimentos e a formação do Oceano Atlântico: século XIV-século XVI*. Lisboa : Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999. p. 47.

20. GODINHO, Vitorino Magalhães – *História económica e social da expansão portuguesa*. Lisboa : Terra Editora, 1947. p. 34-44; também COELHO, António Borges – *Raízes da Expansão Portuguesa*. Lisboa : Prelo, 1964. p. 87, onde defende que a alta burguesia marítima foi responsável pelo avanço ultramarino. Ainda o clássico trabalho de SÉRGIO, António – A conquista de Ceuta (ensaio de interpretação não romântica do texto de Azurara). In *Ensaio*. 3ª edição. Lisboa : Livraria Sá da Costa Editora, 1980. Tomo I, p. 253-271.

comércio nessa zona e sustentaria o avanço para Sul, fosse para controlar a rota do ouro sudanês ou para estabelecer um conjunto de posições costeiras a servir de escala ao tráfego marítimo. Tão pouco se pode ignorar a tese que considera a conquista de Ceuta como uma cruzada religiosa contra o Infiel (apoiada pelo Papa) — o prolongamento em África da reconquista cristã²¹ — ou com o fim de defender o Algarve dos ataques muçulmanos de Ceuta, Alcácer ou Tânger, classificando as expedições portuguesas como resposta, um castigo às acções islâmicas que ameaçavam a tranquilidade do litoral Sul do reino²². Contudo, não se deve exagerar o perigo decorrente da actividade do curso marroquino, antes da tomada de Ceuta, conforme expõe A. Borges Coelho²³ e testemunha M. A. Ladero Quesada²⁴. Com certeza existem depredações e roubos, no entanto e paradoxalmente, entre 1383 e 1415, a documentação reunida por Silva Marques não refere qualquer navio capturado sob bandeira africana, mas sim estados europeus, como Castela e França, o que confirma a tese de ‘um mar dominado por navios cristãos’²⁵.

A tomada de Ceuta provocou um grande desgosto e amplo reflexo no mundo islâmico, como imediatas repercussões na actividade marcial do Mediterrâneo, justamente entre o Islão e a Cristandade. A par de Tetuão, a geografia de Ceuta favorecia com o epíteto de importante base marítima da pirataria norte-magrebina, onde se podia contemplar uma inusitada actividade comercial. A ocupação da cidade alterou irremediavelmente esta vicissitude. Em definitivo, a ‘cidadela’ converteu-se num centro de operações, de carácter agressivo, um couto privado de navios lusitanos.

Estava reservado a D. Pedro a difícil missão de defender o presídio. Para isso, não bastava combater o muçulmano em terra. Havia que manter a tropa ocupada na guerra naval. D. Pedro sabia-o. Resolveu, então, mandá-los saltar no Mediterrâneo. Os barcos que dispunha — duas galés, às ordens de Mice Itam — não garantiam o sucesso que se pretendia, ou como diz Zurara “... não achamos cousa notavell que fezessem”²⁶. Embarcações de menor porte e mais fáceis de manobrar, eram as ideais para correrem as águas do Mediterrâneo, patrulharem o Estreito e manterem abertas as comunicações

21. CRUZ — *Os Portugueses em Marrocos* ... p. 58.

22. Veja-se CALAPEZ CORRÊA, F. — Causas da tomada de Ceuta. *Cuadernos del Archivo Municipal de Ceuta*. Ceuta : Archivo Municipal. Ano III, n.º 6-7 (1990), p. 27-43.

23. COELHO — *Raízes da Expansão* ... p. 11.

24. Castilla, Gibraltar y Berbería (1252-1516). In RIPOLL PERELLÓ, E. — *Congreso Internacional*... p. 37.

25. É de notar que desde a Baixa Idade Média, os genoveses se haviam estabelecido em Granada e em Fez, onde organizaram um sólido comércio no Mediterrâneo. Esta situação restringiu-se com a ocupação portuguesa de diversas praças marroquinas, ainda que o comércio genovês com Marrocos se mantivesse. Porém, a partir do século XIII, iniciou-se o problema do Estreito e o curso fez a sua aparição de forma explícita e Ceuta (por questões geográficas) na sua principal base marítima, no litoral norte-africano. A conquista da cidade por Portugal, transferiu para o reino esta característica economia. A posterior ocupação de Alcácer, Tânger e Arzila limitou ainda mais o curso muçulmano até que a fundação de Xauen (1471), por Sidi Alí ben Râsid, deteve a penetração cristã até ao interior e permitiu nova mudança no curso que, desde então, contaria com maior presença de muçulmanos nas costas mediterrânicas. Em 1483, al-Mandari voltou a povoar e a reconstruir Tetuão, o que fez aumentar esta actividade. Cf. OCAÑA TORRES, Mario Luis — *El curso marítimo español en el Estrecho de Gibraltar (1700-1802)*. Algeciras : Instituto de Estudios Campogibraltareses, imp. 1993.

26. ZURARA, Gomes Eanes de — *Crónica do conde D. Pedro de Meneses*. Edição e estudo de Maria Teresa BROCARD. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian ; Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1997. Cap. 31, p. 303.

com o Atlântico. Navios menores, quanto ligeiros, mais aptos para o serviço de vigilância e incursões ao longo da costa.

D. Pedro mandou então construir uma fusta, baptizada de 'Santiago Pé de Prata', de dez bancos de remos como de velas, e entregou o comando a Afonso Garcia de Queirós, fidalgo "... *esforçado e muy husado na guerra dos mouros ...*", que aprendeu a odiar o inimigo, fruto das sevícias que recebera ao tempo do seu cativoiro.

Na primeira viagem que empreendeu, o corsário interceptou um cáravo muçulmano que navegava de Alcácer para Granada. "*Mais husados no trauto da mercadoria que no exercício das armas ...*", os 14 mouros que mareavam o navio – "*... cruzarão suas mãos em synal de vençimento ...*" – foram aprisionados, assim como o carregamento de trigo, cevada, legumes e seis montadas²⁷.

Tratava-se de um início auspicioso da 'Santiago Pé de Prata' ... O início de uma longa história de guerra naval na região²⁸, uma história de homens e de (outras) embarcações em busca de fortuna, como de atenta vigilância à nova dimensão ultramarina e metropolitana.

27. ZURARA, *Crónica do Conde D. Pedro ...* cap. 31, 304.

28. Cf. CRUZ, Abel dos Santos – A guerra de corso e a pirataria no Mediterrâneo Ocidental ao tempo do conde D. Pedro de Meneses (1415-1437). In DOMINGUES, Francisco Contente; MATOS, Jorge Semedo de (Coord. de) – *A Guerra Naval no Norte de África*. Lisboa : Comissão Cultural da Marinha, 2003 (no prelo).